



PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir para responder as questões 01 e 02:

O Ministério Público é um órgão que está inserido na Constituição de 1988 e tem como características ser permanente e essencial ___ função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe ___ defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, lhe sendo incumbido a possibilidade de representação ___ pessoas coletivamente titulares desses direitos.

Ao Ministério Público é garantido ainda autonomia funcional e administrativa, lhe sendo possibilitado que proponha ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária, conforme as regras legais aplicáveis.

1 – Pela leitura do texto, é possível dizer que:

- a) O Ministério Público tem o poder de criar as próprias leis para definir o trabalho em seu âmbito.
- b) O Ministério Público tem o poder de representar pessoas em busca de seus direitos individuais próprios.
- c) O Ministério Público foi criado pela Constituição de 1988, não podendo ser extinto.
- d) O Ministério Público precisa respeitar os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias para elaborar sua proposta orçamentária.

2 – Os espaços em branco podem ser corretamente preenchidos, conforme as regras sobre a crase e na ordem apresentada, por:

- a) à; a; às
- b) a; a; as
- c) à; à; às
- d) a; à; as

3 – Assinale a opção que possui a frase escrita da forma mais correta:

- a) Eu vou estar encaminhando a informação por e-mail.
- b) A pessoa tem que manda todos os documentos por e-mail.
- c) Se você a vir passando, informe-a que há trabalho a ser realizado.
- d) Haviam muitas audiências a serem feitas.

4 – A estrutura “o autor, residente à Rua dos Pássaros, ajuizou recurso, encaminhado a esse Tribunal através do sistema eletrônico” poderia ser corrigido, para maior perfeição linguística:

- a) em quatro pontos, isto é, a frase possui quatro erros.
- b) em três pontos, isto é, a frase possui três erros.
- c) em dois pontos, isto é, a frase possui dois erros.
- d) em um ponto, isto é, a frase possui um erro.

5 – Assinale a opção que possui a frase escrita, da forma mais correta:

- a) Eu tentei avisar mais não deu tempo.
- b) Em longo prazo, as ações funcionarão.
- c) Se houver algum problema, avise para agente.
- d) Devemos atuar para reconhecer os privilégios das pessoas.



6 – Indique a opção que utiliza os pronomes da forma correta.

- a) Gosto do autor cujo livro é completo.
- b) Finalize o que você está fazendo e traga para mim corrigir.
- c) As audiências acontecem durante a manhã, onde o Promotor vai ao Tribunal.
- d) O rapaz foi preso em flagrante, e o mesmo foi conduzido no mesmo dia à audiência.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

7 – Considere que o prazo recursal contra ato é de 15 (quinze) dias, só pode ser contado em dias úteis e começa a contar no dia útil seguinte ao da prática do ato. Um ato do dia 01 de julho, sexta-feira, não havendo feriados no mês e sendo o sábado não-útil, terá como último dia para a apresentação do recurso:

- a) 22 de julho
- b) 21 de julho
- c) 15 de julho
- d) 14 de julho

8 – O Ministério Público entrevistou 120 (cento e vinte) pessoas com o objetivo de descobrir quantas possuem casa própria e quantas possuem veículo próprio. A pesquisa teve como resultado 70% de respostas sim para a primeira pergunta e 60% de respostas sim para a segunda pergunta. Assim, quantas pessoas disseram possuir qualquer uma das duas opções?

- a) 40 pessoas
- b) 30 pessoas
- c) 24 pessoas
- d) 36 pessoas

9 – Em um determinado prédio do Ministério Público há 35 pessoas trabalhando, sendo, dessas, x são estagiários e y são servidores. Sabendo que x e y são diretamente proporcionais a 3 e 4 respectivamente, assinale a alternativa que indica quantos servidores há a mais que estagiários naquele prédio.

- a) 3 servidores
- b) 4 servidores
- c) 5 servidores
- d) 7 servidores

INFORMÁTICA BÁSICA

10 – Para realizar a busca de determinado texto em um documento do Microsoft Word, qual comando deve ser utilizado?

- a) CTRL+L
- b) CTRL+F
- c) CTRL+A
- d) CTRL+C

11 – Durante a utilização do computador, você percebe que a página que utilizava parou de responder e, mesmo esperando tempo razoável, não volta a funcionar, sendo necessário encerrar o programa. Indique a alternativa que corretamente apresenta os botões que compreendem o atalho para o sistema que permite o encerramento forçado do programa.

- a) CTRL+Z
- d) ALT+F4
- c) SHIFT+DEL
- d) CTRL+ALT+DEL



12 - Qual tecla de função é utilizada para iniciar uma apresentação no Microsoft PowerPoint desde o começo?

- a) F2
- b) F3
- c) F4
- d) F5

13 – João, estagiário, precisou encaminhar um memorando para que seu chefe concluísse as alterações. Para isso, o estagiário salvou o arquivo utilizando a extensão (tipo de arquivo) padrão do Microsoft Word. Assinale qual dessas alternativas corresponde à extensão utilizada por João para salvar o memorando.

- a) .pdf
- b) .html
- c) .doc
- d) .xml

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE MINISTÉRIO PÚBLICO

14 – Há, no âmbito do Ministério Público do Estado do Acre - MPAC, um setor responsável por, dentre outras atividades, “emitir pareceres técnicos e/ou outros elementos de informação e convencimento quanto a fatos ou documentos constantes de autos de processos, inquéritos e outros procedimentos”. Esse setor é chamado de:

- a) Núcleo de Apoio Técnico Especializado - NAT
- b) Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC
- c) Centros de Apoio Operacional - CAOPs
- d) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF

15 – Assinale a alternativa que indica pessoa(s) que não faz(em) parte da estrutura do Ministério Público Estadual.

- a) Procurador-Geral de Justiça
- b) Promotores de Justiça
- c) Procuradores de Justiça
- d) Procuradores do Estado

16 – Não está no rol de missões constitucionalmente definidas como cabíveis ao Ministério Público:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) o exercício do controle externo da atividade policial.
- c) a orientação jurídica, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados.

17 – Não é órgão do Ministério Público Estadual:

- a) O Conselho Superior
- b) O Colégio de Procuradores
- c) A Procuradoria-Geral de Justiça
- d) A Procuradoria da República

18 – São deveres do estagiário do Ministério Público do Estado do Acre, exceto:

- a) manter ilibada conduta pública e particular
- b) zelar pelo prestígio da Justiça
- c) acatar as convocações, decisões e atos dos órgãos do Ministério Público
- d) praticar, isolada ou conjuntamente, atos privativos de membro do Ministério Público



NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LEI DE ESTÁGIO

19 – É direito dos estagiários, nos termos da Lei de Estágio, exceto:

- a) período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado necessariamente durante suas férias escolares
- b) receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório
- c) a redução da carga horário do estágio pelo menos à metade nos períodos de avaliação
- d) a possibilidade de inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social

20 – É obrigação da parte cedente do estágio, nos termos da Lei de Estágio:

- a) exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades
- b) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso
- c) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios
- d) celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 – Está inserido no sistema de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição:

- a) As pessoas podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que com a devida autorização e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) Mesmo no caso de iminente perigo público, a autoridade competente não poderá usar de propriedade particular, ainda que fosse assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) Os brasileiros natos podem ser extraditados, em caso de crime comum.
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

22 – (VUNESP/2021/Adaptada) O crime de furto tem pena aumentada de 1/3 (um terço), nos expressos termos do art. 155, § 1º do CP, se o crime é praticado:

- a) durante o repouso noturno.
- b) mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas.
- c) com emprego de chave falsa.
- d) com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.



23 – (FGV/2019/Adaptada) Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela. Essa instituição é:

- a) a Defensoria Pública
- b) o Poder Judiciário
- c) a Procuradoria do Estado
- d) o Ministério Público

24 – (CETAP/2021) De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), estabelecimento penal destinado ao recolhimento de presos provisórios é:

- a) a casa de albergado.
- b) a colônia agrícola, industrial ou similar.
- c) a penitenciária.
- d) a cadeia pública.

25 – (IESES/2022) Documentos oficiais são aqueles que vem de atos oficiais e apresentam atos da administração pública. Assinale a alternativa correta no que diz respeito aos documentos oficiais:

- a) Relatório é um documento pelo qual o indivíduo interessado solicita ao Poder Público algo que ele acredite que lhe pertença ou até que deva usufruir.
- b) Ata, Ofício, Portaria, Regulamento, Declaração são alguns tipos de documentos oficiais.
- c) Declaração é um documento assinado por um servidor em virtude de seu cargo ou função exercida.
- d) Parecer é um documento pelo qual a autoridade inferior ao chefe do Executivo estabelece normas para disciplinar a conduta de seus subordinados.

26 – O Estado é formado pela junção de três elementos originários e indissociáveis. Assinale a alternativa que corretamente os identifica:

- a) território, autonomia e Constituição Federal.
- b) povo, Constituição Federal e território.
- c) território, povo e governo.
- d) autonomia, povo e governo.

27 – (FAURGS/2022/Adaptada) Assinale a alternativa que cita direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição da República:

- a) Educação, saúde, alimentação.
- b) Lazer, segurança, sufrágio universal.
- c) Intimidade, alimentação, trabalho.
- d) Transporte, igualdade, educação.

28 – Não é aplicável o princípio da insignificância ou da bagatela aos crimes:

- a) de roubo e tráfico de drogas.
- b) ambientais e patrimoniais sem violência ou grave ameaça à pessoa, se reincidente o acusado.
- c) contra a criança e o adolescente e aos crimes contra a ordem tributária.
- d) de violação de direito autoral e aos crimes previstos no estatuto do desarmamento.

29 – A competência para processamento e julgamento das ações penais será, de regra, determinada pelo(a):

- a) domicílio do réu ou da vítima, a depender do crime
- b) lugar em que a ocorrência policial foi registrada.
- c) lugar em que foi praticada a infração penal.
- d) distribuição



30 – (CESPE/2021/Adaptada) O Ministério Público ofereceu denúncia de crime de ação penal pública incondicionada. Porém, antes que a inicial acusatória fosse recebida pelo juiz, a vítima compareceu à vara criminal afirmando perdoar o réu. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público deve desistir da propositura da ação penal, visto que a vítima não tem interesse.
- b) a manifestação da vítima não inviabiliza a continuidade da ação penal.
- c) houve retratação, impedindo o recebimento da denúncia pelo juiz.
- d) o perdão da vítima obrigatoriamente extingue a punibilidade do réu.

31 – (IESES/2021) A respeito de prescrição e decadência prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- d) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.

32 – (FGV/2022/Adaptada) Em ação de divórcio, o Ministério Público:

- a) nunca intervirá.
- b) somente intervirá se houver interesse de incapazes.
- c) sempre intervirá por envolver estado civil.
- d) sempre intervirá ante a existência de interesse público.

33 – (CESPE/2021) Com relação a domicílio e a direitos de personalidade, assinale a opção correta.

- a) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco à vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, considerar-se-á o seu domicílio apenas aquele em que ela trabalhar.
- c) A pessoa natural poderá dispor de maneira gratuita ou onerosa do próprio corpo para depois da morte.
- d) É vedado o uso do pseudônimo, inclusive para atividades lícitas, pois a CF garante a livre manifestação de pensamento, porém proíbe o anonimato.

34 – (NEMESIS/2020/Adaptada) A Política Nacional do Meio Ambiente conceitua “meio ambiente” como:

- a) a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e à flora.
- b) um sistema integrado de elementos corpóreos e incorpóreos formadores da vida global em todas as suas formas.
- c) o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- d) o conjunto de normas e critérios de desenvolvimento sustentável da vida humana, biológica e química, objetivando sobrevivência do homem no universo em que vivemos.



35 – (CESPE/2022/Adaptada) À luz das regras processuais que regulam a atuação do Ministério Público, assinale a opção correta:

- a) O Ministério Público terá prazo em dobro para manifestar-se nos autos, em qualquer situação, a partir de sua intimação pessoal.
- b) A curatela especial deve ser exercida, preferencialmente, pelo Ministério Público.
- c) O Ministério Público deve officiar, como fiscal da ordem jurídica, em todas as ações que envolvam a fazenda pública.
- d) Nas hipóteses de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

36 – Sobre os contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor não é correto dizer:

- a) Se uma cláusula for considerada abusiva, ela será nula de pleno direito.
- b) Se houver cláusula que transfira responsabilidades a terceiros, essa será abusiva.
- c) Se houver cláusula que determine a utilização compulsória de arbitragem, essa será abusiva.
- d) A abusividade de uma cláusula contratual invalida o contrato de consumo.

37 – Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de X anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos. O número que substitui X, conforme o Estatuto do Idoso, é:

- a) 60
- b) 65
- c) 70
- d) 80

38 – (MPE-GO/2016) Sobre as funções do Ministério Público no âmbito da Justiça da Infância e Juventude é incorreto afirmar:

- a) O Ministério Público será titular exclusivo da ação socioeducativa relativa às infrações atribuídas a adolescentes e, de igual forma, será legitimado exclusivo para propor ações de alimentos, suspensão e destituição de poder familiar, encontrando-se a criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.
- b) O Ministério Público está legitimado a impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança ou adolescente, tendo, no exercício de suas funções, livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
- c) Compete ao Ministério Público inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata a Lei n. 8.069/90, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.
- d) O membro do Ministério Público será responsável pela utilização indevida de informações ou documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.



39 – (FCC/2019/Adaptada) O Ministério Público é parte legítima para a defesa dos interesses coletivos lato sensu das pessoas com deficiência, quando violado o direito à moradia que possuem, pois:

- a) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 3% das unidades.
- b) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado, dentre outros requisitos, o percentual de 5% das unidades.
- c) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal não goza de prioridade na aquisição de imóvel.
- d) nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável legal goza de prioridade na aquisição de imóvel, mas inexistente previsão legal para a reserva de unidades.

40 – Sobre a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a norma atual é que essas práticas, em relação a agentes como juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial:

- a) devem ser evitadas
- b) devem ser estimuladas
- c) podem ser utilizadas caso haja interesse do agente
- d) não podem ser priorizadas



QUESTÃO DISCURSIVA

Em 2021, tornou-se debate público a discussão acerca da Proposta de Emenda à Constituição de n. 05/2021. A proposta, popularmente conhecida como PEC 05, foi criticada por possibilitar maior interferência política, em especial oriunda do Poder Legislativo, na atuação do Ministério Público, sob o argumento de que buscaria uma “oxigenação” na representatividade do CNMP.

Em breves considerações, a PEC amplia de dois para a três o número de representantes do Poder Legislativo no Conselho Nacional do Ministério Público, permite que a Corregedoria Nacional possa ser ocupada por pessoas de fora da instituição, e admite que o Conselho Nacional possa rever recurso decisões dos Conselhos Superiores dos diferentes setores do Ministério Público brasileiro.

A visão contrária à aprovação da PEC entende que ela violaria a autonomia do Ministério Público enquanto instituição, bem como a independência funcional dos membros, com o conseqüente prejuízo ao combate à corrupção e ao crime organizado. A PEC teria sido uma resposta política, por essa razão sendo chamada de “PEC da Vingança”, às investigações e às ações judiciais que partiram do Ministério Público contra políticos acusados de crimes nos últimos anos, e seria uma tentativa de represália e eventual paralisação das investigações das quais eles fazem parte, uma vez que o membro do Ministério Público poderia sofrer sanções administrativas com essas possíveis denúncias, embora esteja apenas cumprindo a sua função ministerial.

Considerando o texto acima, discorra em texto científico curto (15 a 25 linhas), acerca dos perigos e prejuízos à sociedade que podem ser observados em mudanças como as objetivadas pela PEC 05, estabelecendo um paralelo com quais poderiam ser os interesses escusos das pessoas envolvidas em tentativas de mudanças como a da PEC 05.

